

---

## As disputas de poder pela Empresa Brasil de Comunicação<sup>1</sup>

Tiago Nunes Severino<sup>2</sup>  
Instituto Federal do Sul de Minas, Passos, MG

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as disputas pelo poder e controle da gestão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O trabalho registra os processos de transição entre cada gestão para elucidar os embates que foram travados nos processos sucessórios. Mais particularmente, este texto narra o episódio pós-impeachment em que houve uma disputa pela direção da empresa entre o jornalista Ricardo Melo, nomeado pela presidente Dilma Rousseff, dias antes do afastamento dela pela Câmara dos Deputados, e o jornalista Laerte Rímolli, nomeado pelo presidente Michel Temer.

**PALAVRAS-CHAVE:** EBC, Mídia Pública, Impeachment.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada pela Medida Provisória 398/2007, tendo sido convertida na lei 11.652/2008. A EBC substituiu a Radiobrás. A empresa do governo federal foi durante muitos anos a responsável por gerir as emissoras de rádio e TV do Poder Executivo. No entanto, Bucci (2008) lembra que a Radiobrás era mais conhecida pela produção e veiculação do programa obrigatório de rádio *A Voz do Brasil*. Com a EBC, a proposta era criar um sistema público de comunicação, independente e autônomo.

Na prática, a EBC foi criada para receber o projeto de implementação de um canal de televisão pública de caráter nacional. Conforme Rocha (2013), o nascimento da TV Brasil foi decorrente de um projeto transversal que envolveu diversos ministérios e representantes da sociedade civil. Edna Miola (2012), na pesquisa *Sistema Deliberativo e Tensões entre Interesses Públicos e Privados: a Criação da Empresa Brasil de Comunicação em Debate no Congresso e na Imprensa*, afirma que criar uma empresa de comunicação, nos dias atuais, envolve o desafio de alterar privilégios consolidados ao longo de muitas décadas. Em uma análise profunda sobre como foi embate no Congresso para criação da EBC, a estudiosa demonstra como os diversos atores da cena política atuaram no processo de discussão e formulação de proposição. Ela observa, entre outros aspectos, o debate sobre a necessidade

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática 8 - Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Mestre em Imagem e Som pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos. tiagonseverino@gmail.com

de haver uma TV pública, o formato do Conselho Curador, a qualidade da programação e o método de financiamento. Jonas Valente (2009) ao historicizar este momento também demonstra os diversos meandros que o projeto da EBC teve que enfrentar até ser colocado em prática.

Na tentativa de contribuir para uma análise contínua do funcionamento e organização da Empresa Brasil de Comunicação, a proposta deste artigo é observar os embates e conflitos de poder dentro da instituição. Na impossibilidade de realizar uma verificação extensa, o trabalho fixa-se sobre o processo a transição entre cada gestão, dando destaque, em especial, para o período após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

## 1. Os embates na EBC

Na indicação da primeira diretoria da EBC, houve uma divisão de cadeiras que marcou, de forma decisiva, a gestão inaugural. De um lado estava um grupo de jornalistas, Tereza Cruvinel como presidente e Helena Chagas como diretora de jornalismo. Do outro lado, ficaram os profissionais vinculados ao Ministério da Cultura, Orlando Senna, que se tornou diretor-geral, e Leopoldo Nunes, diretor de programação. Ambos os grupos foram fundamentais no processo de discussão com movimentos sociais e no Congresso.

Na cena pública, a divisão entre os dois lados ficou evidente no momento da saída de Orlando Senna do cargo de diretor-geral. Ele ficou na empresa por oito meses. Em uma carta aberta, ele afirmou que a atividade na EBC era encarada como uma missão:

A ação principal desse foco *New Media* foi, naturalmente, projetar um sistema de comunicação pública de âmbito nacional, trabalho realizado no período de quatro anos, com participação direta das emissoras e organizações dos campos público e privado, produtores independentes e regionais, academia, especialistas em comunicação e as diversas áreas do governo envolvidas no assunto --movimento que culminou com o Fórum Nacional de TVs Públicas, em maio de 2007, palco da decisão e do anúncio do presidente Lula de criar a TV Brasil (na verdade, a EBC, operadora de emissoras de TV e rádio e de uma plataforma web). A missão de instalar a EBC foi entregue pelo presidente Lula à Secom – Secretaria de Comunicação Social e ao recém empossado ministro Franklin Martins (SENNA, 2008).

A saída aconteceu, segundo ele, por discordar da forma de gestão da estatal, o excesso de poderes concentrados na presidência – o que foi classificado como engessamento administrativo. Ele reclamou que sua diretoria estava desprovida de autonomia e mobilidade necessária para o tipo de negócio que deveria realizar.

Na parte final da carta, Senna disse que continua a acreditar no projeto da EBC e da TV Brasil, mas afirmou que “a EBC terá de solucionar várias questões para alcançar o seu objetivo de empresa pública de comunicação moderna, democrática e financeiramente saudável” (Ibidem). Após o pedido de exoneração de Senna, algum tempo depois foi a vez de Leopoldo Nunes deixar a EBC.

A presidente da EBC, Tereza Cruvinel, deixou o cargo em 31 de outubro de 2011, quatro anos após tomar posse. Segundo a lei da estatal, o diretor-presidente tem mandato de quatro anos com possibilidade de uma recondução. Em texto no Portal EBC, Cruvinel destacou os seguintes pontos como aspectos positivos de sua gestão:

a criação da TV pública em âmbito nacional; a articulação de uma rede pública de televisão; a implantação de uma sólida e consistente infraestrutura de produção e transmissão, de última geração; e a produção e difusão de conteúdos diferenciados e complementares, sempre observando os princípios da comunicação pública, entre outras (CRUVINEL, 2011).

Cruvinel afirmou também que nunca faltaram recursos e garantiu que o governo federal cumpriu todos os compromissos orçamentários. Mesmo assim, asseverou que jamais enfrentou ingerência no conteúdo. A saída do cargo teria sido, segundo o relato oficial, “por motivos familiares e políticos, decorrentes de divergências com alguns integrantes do Conselho Curador da EBC” (Ibidem). No entanto, o motivo foi por um conflito entre a presidente e integrantes do Conselho, em decorrência da programação da TV Brasil.

Tudo começou no primeiro semestre de 2010 com a reclamação encaminhada à ouvidoria por um telespectador:

A Constituição Federal de 1988 foi bem clara ao afirmar em seu Artigo 19, Inciso I, que “é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios: estabelecer cultos religiosos, subvencioná-los, embaraçar seu funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Portanto, a existência de programas de cunho religioso na TV Brasil, uma emissora pública, é uma afronta à Constituição. Exijo, na condição de cidadão brasileiro, que a TV Brasil retire todos os programas de cunho religioso da sua grade de programação caso contrário, caberá denúncia ao Ministério Público e, possivelmente, uma ação civil pública contra a TV Brasil. O Estado brasileiro é um Estado laico! Respeitem a nossa Constituição! (*apud* LIMA, 2010).

A reclamação amparava-se no princípio de que o Estado brasileiro por ser laico não pode permitir que um veículo mantido com orçamento público privilegiasse um segmento religioso. A própria Lei da Radiodifusão Pública (BRASIL, 2008) recupera este assunto ao

---

estabelecer como um dos seus princípios a “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual”.

A intensificação do debate iria ser uma das divergências entre o Conselho Curador e a presidência da empresa. Antes do enfrentamento tornar-se visível, o Conselho realizou uma consulta pública com o objetivo de formular uma política de produção e distribuição de conteúdo religioso. Foram recebidas 141 manifestações sobre o assunto, no período de 4 de agosto a 19 de outubro de 2010. Entre os autores das mensagens há líderes religiosos, representante da comunidade de ateus e acadêmicos. Na prática, os resultados serviram para acirrar as disputas de gabinete entre o Conselho e a diretoria.

O deterioramento das relações fica evidente na última reunião do ano quando é perceptível por meio da ata que a presidência tentava manter os programas no ar. O discurso mostra que a própria concepção sobre radiodifusão pública parecia ser confusa para alguns integrantes da diretoria.

Essa televisão não é Estatal. Isso está em todos os estatutos legais de sua criação. A empresa EBC é uma empresa do Estado brasileiro, por ter o Estado brasileiro como acionista. Os canais são públicos e devem ser geridos como tal. Para isso, foram criadas instituições como o Conselho, que substitui o Estado. Quem nos fiscaliza não é o Estado, no caso da televisão pública, é o Conselho, a ouvidoria, a sociedade, através de formas diretas e indiretas. E sendo essa televisão pública e não Estatal, acho que essa discussão deve evitar a relação com a natureza laica do Estado. O Estado é laico, mas a televisão não é Estatal, é pública (Tereza Cruvinel *apud* CONSELHO CURADOR, 2010, p.2).

Os argumentos da presidente mostram quanto a dificuldade em lidar com o conceito de radiodifusão pública no país permite que ele se molde aos vários tipos de interesse. Esse assunto iria se acirrar no ano seguinte. No dia 12 de março de 2011, o Conselho Curador aprovou uma resolução para a saída dos programas do ar em setembro. Iriam desaparecer o *Reencontro*, programa da Igreja Batista, exibido aos sábados, e a *Santa Missa*, da Igreja Católica, aos domingos. A medida também alcançava a Rádio Nacional de Brasília que veiculava a missa dominical.

O Conselho determinou ainda que a diretoria executiva empreendesse medidas para compor uma faixa religiosa que atendesse ao princípio da diversidade. No período entre a decisão do Conselho e a exclusão dos programas da grade, a ouvidoria recebeu 87 manifestações do público. Duas eram a favor e 85 contra a medida. Em setembro, uma semana antes da mudança, a Justiça Federal concedeu liminar favorável para a permanência (LIMA, 2012).

---

Em audiência no Senado, a presidente da EBC, Tereza Cruvinel, explicou que o impasse se deve ao fato de que “a EBC ‘herdou’ programas das emissoras que compõem a rede, entre os quais os programas religiosos” (*apud* SENADO, 2011). A proposta da área de programação era conceder espaço para as próprias instituições religiosas produzirem. A distribuição do tempo seria assim: 26 minutos para católicos; 26 minutos para evangélicos; 26 minutos para programas afrobrasileiros; e 13 minutos para outros grupos. A divisão, segundo Cruvinel, teve por base dados do Censo de 2010 e a importância da matriz africana na formação cultural brasileira.

O Conselho Curador, representado por Daniel Araújo, disse que o órgão não era contra os programas, mas que eles deveriam ser produzidos pela própria EBC. O conselheiro considerou ilegítimo privilegiar grupos religiosos que já têm concessões de radiodifusão. Para ele, lotear a grade entre as religiões é de difícil implementação, pela falta de critérios para definir como ocupar esses espaços, uma vez que apenas a Igreja Católica tem uma organização centralizada.

Pouco tempo depois, reportagens publicadas nos jornais *O Globo* e *O Estado de S.Paulo* deram ênfase à saída de Cruvinel em decorrência da relação com o Conselho Curador. Bem no início da matéria do periódico carioca, os repórteres apontam que a ex-diretora classificou o desligamento da EBC como resultado de processo de desqualificação da sua gestão.

De acordo com o relato do jornal *O Globo*, a crise aconteceu devido a discordâncias em torno da faixa religiosa da TV Brasil. Enquanto o Conselho defendia o fim dos programas católicos e evangélicos que eram veiculados na TV Brasil e no sistema público de rádio<sup>3</sup>, a diretoria executiva queria a continuidade deles com a flexibilização na forma de abordagem. A intenção seria inserir outras manifestações religiosas não contempladas.

É verdade que o Conselho Curador não desejava a minha recondução. Isto foi explicitado em mais de um momento. Vocês que me conhecem, acham que eu sou tão estúpida que eu iria querer ficar nesse cargo sofrendo esse tipo de ameaça? Em defesa da minha reputação profissional, eu preciso dizer: eu não sou burra! Os caras estão falando que, se eu ficar, vão fazer um negócio para me tirar. O Conselho está me ameaçando de fazer impeachment. Fui eu quem levei esse problema (à presidente). O governo não tem nada com isso. O problema é entre eu e o Conselho (Tereza Cruvinel *apud* MALTCHIK; DAMÉ, 2011).

Na reportagem do *Estado de S. Paulo*, as possíveis disputas entre a Presidência da EBC e o Conselho ficam mais evidentes. O texto relata que Cruvinel propôs ao Palácio do

---

<sup>3</sup> O Sistema Público de Rádio é formado pelas rádios Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional AM e FM de Brasília, MEC AM e FM, Rádio Nacional da Amazônia, Nacional do Alto Solimões e Radioagência.

---

Planalto alterações na lei da EBC. Uma delas seria a mudança no papel do Conselho. A ex-presidente afirmou que em determinada ocasião o conselheiro Daniel Araújo teria dito que “sua função é trabalhar, a minha é te controlar” (Tereza Cruvinel *apud* DOMINGOS, 2011).

Na ocasião da saída de Cruvinel, a presidente do Conselho Curador, Ima Vieira, negou que o órgão tenha trabalhado para derrubar a gestora da estatal. Ao jornal *O Globo*, Vieira afirmou que “é lamentável que a Tereza faça esse tipo de acusação sem propósito sobre o Conselho. Sempre fomos respeitosos. Discordo dessa tese de que o governo tem que ter mais poder na escolha dos conselheiros e estamos em constante aperfeiçoamento do processo de escolha (dos conselheiros)” (Ima Vieira *apud* MALTCHIK; DAMÉ, 2011).

Tereza Cruvinel foi substituída pelo jornalista Nelson Breve. Na posse, o novo presidente fez um discurso em que buscou enfatizar a necessidade de integração e colaboração mútua em torno do projeto da EBC. Segundo o *release* publicado no Portal EBC, encerrava-se, conforme Breve, o primeiro ciclo de vida da TV pública. Em sua gestão, iniciava-se, então, a segunda infância que deveria ser marcada pela criação de uma personalidade própria. “Pra isso terá que consolidar seu sistema de produção de conteúdos, sua estrutura de distribuição, sua rede de parcerias, seu modelo de financiamento e sua organização administrativa” (EBC, 2012).

Ao longo da sua gestão, Breve tentou vencer diversas barreiras da cultura organizacional da EBC que afetava os veículos da estatal. De acordo com ele, a empresa está dividida em “feudos” que não se cruzam. Um efeito desta situação é quando a televisão faz, por exemplo, uma reportagem especial e que não conta com o suporte das demais mídias para mobilizar a audiência.

Criamos, em decorrência do planejamento estratégico de reestruturação, uma Superintendência Executiva de Novas Mídias, para fazer a integração. Estamos, assim, saindo de uma estrutura vertical para a horizontal. Temos agora a produção jornalística e a artística, a área de empacotamento e programação e a área de distribuição, e estamos procurando integrar todas elas (Nelson Breve *apud* SCHETTINO, 2015).

Breve cumpriu o mandato na gestão da EBC e foi substituído pelo jornalista Américo Martins. A posse dele, em setembro de 2015, foi alvo de grande expectativa, devido à experiência de Américo como diretor da BBC Brasil, entre os anos de 2002 e 2006. O peso do currículo de Américo alimentou a expectativa de que a EBC, a TV Brasil e as rádios passassem por um processo de modernização.

---

Em seu discurso de posse, Américo tocou em um dos mais sensíveis da TV Brasil: a audiência. "A EBC e a comunicação pública precisam ser protagonistas. Precisamos ampliar nossa relevância e audiência" (EBC, 2015). Esperava-se que a gestão de Américo fosse capaz de modernizar a TV Brasil, redesenhar a programação e alavancar a quantidade de telespectadores. Algumas medidas foram adotadas com essas finalidades, como uma mudança estrutural no horário nobre com o objetivo de aumentar a competitividade da emissora, a veiculação do desfile das campeãs do carnaval do Rio de Janeiro e uma integração entre as rádios e a TV Brasil.

No entanto, Martins não teve tempo de executar seu projeto. No dia 2 de fevereiro de 2016, uma nota publicada no site da revista *Veja* informou que ele havia acabado de pedir demissão. Segundo a colunista Vera Magalhães, autora da notícia, o motivo seria por ingerência política da Secom na EBC. Ela relata que um assessor do ministro da Secretaria de Comunicação, ligou para TV Brasil para exigir que fosse exibida uma partida de futebol entre dois times do interior de São Paulo. "Martins já havia se manifestado contra a transmissão de partidas de times do interior de São Paulo em rede nacional, mas, ainda assim, veio o pedido" (MAGALHÃES, 2016).

A TV Brasil já fazia a transmissão de partidas de futebol das séries B e C do campeonato brasileiro. No entanto, a emissora começou a veicular a série B do campeonato paulista. Os jogos eram exibidos para todo o país, o que era, no mínimo, estranho, já que os times eram do interior de São Paulo, sem qualquer expressão no cenário nacional. A medida, porém, teria sido encabeçada pelos dirigentes da Secom. Na ocasião a pasta era comandada por Edinho Silva, ex-prefeito de Araraquara e um dos principais nomes do PT daquela região.

A nota da *Veja* também informou que outro problema seria o aparelhamento da EBC por pessoas ligadas ao PT. "O PT teria pedido para indicar gerentes na empresa. Além disso, começou haver intervenções também na grade de programação" (Ibidem). Em nota oficial, a EBC disse que a saída aconteceu por "questões pessoais" (EBC, 2016).

Posteriormente, em reunião no Conselho Curador, em 30 de março de 2016, o próprio Américo ressaltou que a decisão de deixar a Presidência foi de caráter pessoal:

Como todos sabem, no dia 2, eu comuniquei aos Conselhos, ao ministro da Secom, Edinho Silva, minha decisão em caráter absolutamente pessoal de deixar a EBC. Eu queria aproveitar essa oportunidade aqui para agradecer muito, primeiro, toda a minha diretoria, todos os funcionários, os Conselhos todos com qual eu tive o privilégio de trabalhar (CONSELHO, CURADOR, 2016).

No lugar de Américo entrou o jornalista Ricardo Melo. Até então, Melo era diretor de jornalismo da EBC. Ele tomou posse no dia 10 de maio de 2016, dois dias antes da presidente Dilma Rousseff ser afastada do cargo pela Câmara dos Deputados. Essa data é relevante porque, logo depois, Melo foi sacado do cargo pelo presidente Michel Temer que, em 20 de maio, nomeou Larte Rímolli como novo presidente da EBC. Críticos de Melo e da própria Comunicação Pública utilizaram o argumento de que a posse tinha fins políticos e não tinha legitimidade por ter acontecido pouco tempo antes do afastamento de Dilma.

A exoneração de Melo tornou a EBC um palco de disputa entre os integrantes do novo governo e daqueles que defendiam a legalidade dos atos praticados por Dilma Rousseff antes de seu afastamento. No mesmo dia que foi publicada a nomeação no Diário Oficial, um grupo de parlamentares do PT, PCdoB, PSOL e Rede protocolaram uma denúncia contra o novo presidente da estatal por considerar que Melo não poderia ser exonerado, já que a lei da EBC garantia mandato de quatro anos para a Presidência da empresa. No dia 3 de junho, Ricardo Melo reassumiu o mandato de presidente graças a uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, emitida pelo ministro Dias Toffoli.

No entanto, no dia 8 de setembro, Melo novamente perdeu o cargo. Isso ocorreu porque uma vez confirmado o impeachment de Dilma Rousseff pelo Senado, em 31 de agosto, o governo de Michel Temer alterou por meio da Medida Provisória 744/2016 a lei 11.652/2008, que regulamenta o funcionamento da EBC. O tópico destinado aos princípios da Comunicação Pública permanece, mas ela foi desvitalizada com o fim do mandato de presidente e a extinção do Conselho Curador.

Sem a regra que estabelece o mandato, o ministro Dias Toffoli considerou que o objeto que dava amparo à manutenção de Melo no poder se perdeu:

Não obstante, no curso do *mandamus*, o dispositivo legal invocado foi alterado, excluindo-se a previsão de mandato ao Diretor-Presidente, para constar que a nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva (entre eles o Diretor-Presidente) competiria ao Presidente da República, e que o exercício em tais cargos se daria no prazo máximo de 4 anos. Alterou-se, destarte, o comando legal, excluindo-se a previsão de mandato, com base na qual se amparou o impetrante para requerer a nulidade do ato presidencial de sua exoneração (TOFFOLLI, 2016).

Entidades que participaram do processo de criação da TV Brasil e da EBC questionaram duramente as decisões adotadas por Temer:

A EBC foi criada substituindo a antiga Radiobrás exatamente pelo entendimento de que o Brasil precisava de uma estrutura de comunicação pública, e não somente

---

governamental. A grande diferença entre a nova empresa pública em relação ao modelo anterior era exatamente aqueles instrumentos que protegiam a sua gestão administrativa e editorial (...) Na verdade, a trágica mudança na EBC se integra num conjunto de ataques à soberania nacional, à democracia e aos direitos trabalhistas e sociais que o governo Temer anuncia (CARTA, 2016).

A citação anterior é parte de um documento assinado por 21 entidades, entre elas Intervezes, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, MTST e Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC).

## 2. EBC pós-impeachment

Assim que chegou ao poder, Michel Temer promoveu mudanças ministeriais. Além da já aguardada "dança das cadeiras", com a saída de políticos ligados ao grupo da ex-presidente Dilma Rousseff, houve no Poder Executivo modificações hierárquicas, de nome e de atribuições. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, órgão superior da EBC, perdeu *status* de Ministério e passou a integrar o quadro da Secretaria-Geral.

No dia 11 de junho de 2016, antes mesmo da confirmação da votação do impeachment pelo Senado e, ainda, durante o imbróglio da nomeação do novo presidente da EBC, já circulava na imprensa a notícia de que Temer pretendia encerrar as atividades da empresa. "Temer já encomendou um estudo para encerrar as atividades (...) O fim da EBC tem apoio de Geddel Vieira Lima, ministro-chefe da Secretaria de Governo, e Moreira Franco (...) " (O GLOBO, 2016).

Uma audiência pública realizada pelo Senado, em 24 de novembro de 2016, para examinar a Medida Provisória 744, que reestruturou a EBC, colocou frente a frente o presidente nomeado por Temer, Laerte Rímoli, e Ricardo Melo, que acabara de perder o posto. Na ocasião, Rímoli comentou que no primeiro período que esteve à frente da empresa, durante o mês de maio, precisou realizar cortes no orçamento porque a empresa tinha um déficit que superava R\$ 90 milhões. Segundo Rímoli, as primeiras medidas administrativas foram para reduzir esse rombo. Ele ainda criticou o uso político feito pelo governo anterior:

Se alguém precisa de um exemplo de aparelhamento e de uso político, a EBC é o maior exemplo. Ela nunca fez Comunicação Pública. Muito pelo contrário, ela atendeu aos interesses de um partido político. Os exemplos são gritantes e claros. Naquele período pré-impeachment, ela foi usada para mostrar aquela manifestação na Candelária (...) (RÍMOLLI, 2016)

Rímolli também argumentou que o Conselho Curador interferia na administração da empresa: "(...) os programas que o Conselho Curador abençoou para fazer parte da grade significavam R\$ 26 milhões a mais de despesas para empresa" (ibidem). Rímolli informou que estava em elaboração um plano de demissão voluntária que permitiria que um terço dos 2500 funcionários, aproximadamente, pudessem aderir. Em termos de conteúdo jornalístico, o presidente da EBC afirmou que nunca houve uma cobertura equilibrada dos fatos políticos: "Nossa missão é devolver a EBC para o seu principal cliente: o telespectador".

Em sua fala, Ricardo Melo argumentou que a existência do Conselho Curador obedece a um princípio de que a Comunicação Pública deve ser voltada para a sociedade. Segundo ele, "com a ascensão do governo Michel Temer, o que está se fazendo é destruir a EBC" (MELO, 2016). Para embasar este argumento, Melo se fixou, sobretudo, na ideia de que a extinção do Conselho destruiu um dos alicerces principais da empresa. Ele ainda comentou sobre a extinção do mandato de presidente: "A EBC como uma empresa pública de comunicação, a partir da Medida Provisória, deixou de existir. Ela é uma empresa governamental. Ela é uma empresa que processa os interesses do Palácio do Planalto" (ibidem).

Melo contestou a fala de Rímoli de que a EBC é deficitária. Ele lembrou do Fistel, um imposto cobrado de operadoras de telefonia que é destinado a financiar a EBC. Entretanto, parte desses recursos estão retidos devido a uma contestação judicial das companhias. Outra parte é usada pelo Tesouro, segundo Melo, para complementar o superávit primário. Conforme ele comentou seriam cerca de R\$ 3 bilhões que deixaram de ser usados na empresa.

Em abril de 2017, os funcionários da EBC publicaram uma carta aberta onde denunciam práticas de censura interna:

Temos enfrentado, de forma cotidiana e generalizada, ingerência no trabalho jornalístico. Um exemplo simbólico aconteceu no dia 15 de março, Dia Nacional de Paralisações contra a reforma da previdência e trabalhista, no qual, diferente da tradição estabelecida na EBC, os jornalistas receberam a ordem de focar sua cobertura nas consequências sobre o trânsito (...) A nova prática de censura dentro da EBC envolve o assédio a jornalistas e radialistas, proibição aos cinegrafistas e editores de imagem de usar determinadas imagens, e chegou inclusive a envolver demissão. São vários os casos denunciados à Comissão de Empregados e aos Sindicatos nos últimos meses (ASSEMBLEIA, 2017).

Problemas internos também foram denunciados em uma nota pública intitulada *Desmonte da EBC: um ano depois*, assinada por "Conselho Curador cassado da EBC e ex-conselheiros da EBC". Conforme o documento, o clima interno é classificado como ruim. Pelo menos, 40 funcionários pediram demissão em 2017. Há reclamações sobre falta de transparência em decisões, que só são comunicadas para o pessoal por meio de portarias, sem qualquer discussão. Outros problemas também foram apresentados: "Teve presidente recebendo sem trabalhar, superintendente contratando nora e aumento de salário da diretoria acima do teto constitucional. Agora, sem aviso aos funcionários, surgem notícias de que as TVs pública e a estatal serão unificadas, bem como ministro anunciando a demissão em massa na empresa" (NOTA, 2017).

Apesar das mudanças, a Ouvidoria foi mantida após a Medida Provisória assinada pelo presidente Michel Temer. Na coluna publicada em 23 de maio, a Ouvidoria mostra os problemas na cobertura jornalística dos veículos sobre a delação do empresário Joesley Batista, dono da JBS. No dia 17/5, o jornal O Globo publicou reportagem que informava que Joelsey entregou uma gravação à ProCurodoria-Geral da República em que o presidente Temer indicava um parlamentar para receber propina em nome dele. A Ouvidoria avaliou a cobertura da seguinte forma:

"Mas para a mídia pública o conteúdo bombástico parecia não ter a dimensão de gravidade e interesse público reconhecido por toda imprensa.  
(...) O título "Temer diz que jamais solicitou pagamento para obter silêncio de Cunha" conduzia à nota da Presidência da República, negando a acusação contra Temer. O título ficou sem sentido próprio, na dependência da informação oferecida por outros veículos, já que não havia notícia, nem no Portal e nem na Agência, qualquer matéria sobre o que teria motivado a declaração".  
(OUVIDORIA, 2017).

A crítica é porque a versão do acusado foi apresentada sem que os dados da investigação, daquilo que motivou a denúncia, fossem relatados ao público. No dia seguinte, outro problema foi observado:

"No Portal, um descompasso e um aparente desconforto com a notícia: das 08h às 20h, das seis manchetes que ocuparam a capa, três eram vozes oficiais; a última delas permaneceu no espaço principal do Portal daquela tarde até o fim do dia: "Não renunciarei", diz Temer em pronunciamento". Na manhã do dia seguinte, o título "Para Temer, áudio de conversa com dono da JBS confirma sua inocência" atribui, pelas palavras usadas, uma carga de sentido incompatível com os fatos e declarações, tanto do presidente quanto em relação ao que estava efetivamente descrito na matéria" (Ibidem).

---

No dia seguinte, o telejornal Repórter Brasil, principal noticiário da TV Brasil, não tratou das denúncias de Joesley:

"Apesar da promessa na escalada, o telejornal contornou os fatos, dando destaque às buscas e apreensões nos imóveis de Aécio Neves, sem se referir ao acontecimento principal ao nome do presidente. A informação ficou escondida em uma metáfora: "Começamos essa edição pelo turbilhão que toma conta de Brasília desde ontem. Hoje a Polícia Federal fez buscas e apreensões em imóveis ligados ao senador Aécio Neves...". O personagem principal desta edição foi o senador afastado Aécio Neves, que ocupou as três primeiras reportagens do telejornal" (Ibidem).

A extinção do Conselho Curador afeta a empresa justamente em momentos como este. Sem um espaço de debate e reflexão, a EBC fica com uma cobertura circunscrita ao desejo dos gestores da vez. Mesmo que em outros momentos na própria história da instituição tenha existido coberturas jornalísticas com problemas, havia o Conselho para cobrar da diretoria um alinhamento à conduta do que se espera de veículos públicos. Parafraseando Dostoiévski: "Sem o Conselho Curador, tudo é permitido".

### **Considerações Finais**

O registro dos momentos elencados por este artigo mostra as inúmeras disputas internas na Empresa Brasil de Comunicação. São embates por definição de conteúdo, método administrativo, de funcionamento, de cargos e aplicação de recursos. Apesar do discurso de autonomia e independência, o histórico ressalta que os entraves de ordem política sempre estiveram presentes na instituição.

A diferença fundamental para o atual momento é que devida a extinção do Conselho Curador, os instrumentos de monitoramento e de cobrança por uma postura equilibrada nos veículos deixaram de existir. Basta notar, por exemplo, a atuação do Conselho nos debates sobre os programas religiosos. Aqueles programas já existiam na grade da TV Brasil há anos. Entretanto, foi graças a uma ação dos Conselheiros que o papel desses programas foi questionado.

Apesar das mudanças promulgadas pelo presidente Michel Temer não terem alterado os princípios da Comunicação Pública expressos na lei, a EBC foi desvitalizada. Olhando para todo o retrospecto da empresa, é de se concluir que não houve tempo para o projeto da mídia pública amadurecer. Certamente é essa uma das razões para os problemas, hoje, instalados.

De certa forma, "a pedra já havia sido cantada" anteriormente por críticos da EBC que denunciaram a fragilidade institucional da legislação devido ao laço com a Secom e a falta de autonomia financeira.

Por sua vez, a disputa Melo e Rímoli só fragilizou o jornalismo da empresa, que, em um momento crucial para o país, precisava de organização, criatividade e liderança. Era o instante em que todas as atenções estavam voltadas para o processo de impeachment e o Congresso. Enquanto isso, além de ter de fazer uma cobertura jornalística com um alto nível de exigência, a EBC e seu corpo funcional precisavam se equilibrar na polêmica envolvendo os dois presidentes.

Na verdade, há mais questionamentos do que propriamente conclusões: O que será da Comunicação Pública amanhã? Ainda haverá um projeto?

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA dos Trabalhadores da EBC. Brasília, 7 Abr. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-mp-de-temer-para-a-ebc-e-o-novo-golpe-na-comunicacao-publica>>. Acesso em 10 Set. 2017.

BRASIL. Medida Provisória no 398, de 10 de Outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 Out. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 Abr 2008.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a Guerra entre a Chapa-Branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CARTA Aberta Aos Trabalhadores da EBC. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-mp-de-temer-para-a-ebc-e-o-novo-golpe-na-comunicacao-publica>>. Acesso em: 20 Set. 2017.

CONSELHO CURADOR. **Ata da 60ª reunião do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação**. Brasília, 24 Fev. 2016.

CRUVINEL, Tereza. Nota da diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, sobre o término de seu mandato, no dia 31/10. **Portal EBC**. Brasília, 31 Out. 2011. Disponível em:

---

<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2011/10/nota-da-diretora-presidente-da-ebc-tereza-cruvinel-sobre-o> Acesso em: 15 Jan. 2015.

DOMINGOS, João. Tereza Cruvinel atribui saída à “disputa de poder”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 Out. 2011. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tereza-cruvinel-atribui-saida-da-ebc-a-disputa-de-poder,792992>>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

EBC. Nelson Breve assume presidência e chama sociedade a participar de novo ciclo de construção da EBC. **Portal EBC**, Brasília, 28 Mai 2012. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2011/12/nelson-breve-assume-presidencia-e-chama-sociedade-a-participar>> Acesso em: 15 Jan. 2015.

EBC. Jornalista Américo Martins é o novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **Portal EBC**, Brasília, 13 Ago 2015. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/noticia/2015-08-13-jornalista-americo-martins-e-o-novo-presidente-da-empresa-brasil-de-comunicacao?page=34>> Acesso em: 10 Set. 2017.

EBC. Américo Martins deixa presidência da EBC. **Portal EBC**, Brasília, 2 Fev 2016. Disponível em: < EBC. Ricardo Melo assume presidência da EBC. Portal EBC, Brasília, 10 Mai 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/ricardo-melo-assume-presidencia-da-ebc>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

EBC. Ricardo Melo assume presidência da EBC. **Portal EBC**, Brasília, 10 Mai 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/ricardo-melo-assume-presidencia-da-ebc>> Acesso em: 10 Set. 2017.

LIMA, Venício. Estado laico vs. proselitismo religioso. **Observatório da Imprensa**, 17 Ago. 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/estado-laico-vs-proselitismo-religioso/>> Acesso: 15 Jan. 2015.

MALTCHIK, Roberto; DAMÉ, Luiza. Tereza Cruvinel deixa EBC e diz que foi vítima de um processo de desqualificação pelo Conselho Curador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 Out. 2011. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/tereza-cruvinel-deixa-ebc-diz-que-foi-vitima-de-um-processo-de-desqualificacao-pelo-Conselho-Curador-3078934>>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

MAGALHÃES, Vera. Diretor da EBC pede demissão após ingerência política. **Portal EBC**, Brasília, 2 Fev 2016. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/radar/diretor-da-ebc-pede-demissao-apos-ingerencia-politica/>> Acesso em: 10 Set. 2017.

MELO, Ricardo. Audiência Pública para Discussão da MP 744/2016. **Senado**. Brasília, 24 Nov. 2016.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa**. 2012. 294f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

---

NOTA. O Desmonte da EBC um ano Depois. Brasília, 1 Set. 2017. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/301440-6>>. Acesso em 10 Set. 2017.

O GLOBO. Em meio à polêmica, EBC poderá ser extinta. **Gazeta Web**, Brasília, 11 Jun 2016. Disponível em: < <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=11818> > Acesso em: 10 set 2017.

OUVIDORIA. **A delação de Joesley Batista na mídia pública**. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2017/05/a-delacao-de-joesley-batista-na-midia-publica>>. Acesso em 10 Set. 2017.

RÍMOLLI, Larte. Audiência Pública para Discussão da MP 744/2016. **Senado**. Brasília, 24 Nov. 2016.

ROCHA, Renata. O ministério da Cultura e a construção da TV Brasil: processos políticos, atores e mobilizações. In: **Revista Eptic online**. Vol. 15, n.2, p.87-101, maio-agosto, 2013.

SCHETINO, Romário. Nelson Breve: "É preciso criar a cultura da inovação na EBC". **Instituto João Goulart**, Brasília, 4 Jun 2015. Disponível em: < <http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=13659>> Acesso em: 10 set 2017.

VALENTE, Jonas. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. 2009. 208f. Dissertação de Mestrado –Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SENADO. **Direção e Conselho da EBC têm propostas diferentes para limitar conteúdo religioso**. Brasília, 29 Set. 2011. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/09/29/direcao-e-Conselho-da-ebc-tem-propostas-diferentes-para-tratar-conteudo-religioso>>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

SENNA, Orlando. Entrevista com Orlando Senna. [mai. 2009] Entrevistadores: Alexandre Barbalho, Anita Simis, Albino Rubim, Humberto Cunha e Taiane Fernandes. **Políticas Culturais em Revista**. Brasil, n.º 1, vol. 2, p.157-176, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3741/3638>>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

TOFFOLLI, José Antônio Dias. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 25 Nov. 2016. Processo 4000829-62.2016.1.00.0000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4984810>>. Acesso em 10 Set. 2017.